

José Henrique Mouta Araújo
Vinicius Silva Lemos

PROCEDIMENTO COMUM NO PROCESSO DE CONHECIMENTO

2021



Rua Canuto Saraiva, 131 Mooca – CEP: 03113-010 São Paulo – São Paulo
Tel: (11) 3582.5757
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Diagramação: Equipe JusPODIVM

Capa: Maitê Coelho (maitescoelho@yahoo.com.br)

A663p Araújo, José Henrique Mouta.
Procedimento Comum no Processo de Conhecimento / José Henrique Mouta Araújo,
Vinicius Silva Lemos São Paulo: Editora JusPodivm, 2021.
1120 p.

Bibliografia
ISBN 978-65-5680-675-4

1. Direito Processual Civil. I. Araújo, José Henrique Mouta. II. Lemos, Vinicius Silva. III.
Título.

CDD 341,46

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

1	PROCESSO DE CONHECIMENTO – PROCEDIMENTO COMUM.....	43
1.1.	Acepções básicas do processo de conhecimento.....	43
1.1.1.	Processo de conhecimento e procedimento	45
1.2.	A divisão do procedimento comum do processo de conhecimento em primeiro grau em fases	47
1.2.1.	Fase postulatória.....	48
1.2.2.	Fase saneadora ou ordinatória.....	48
1.2.3.	Fase probatória ou instrutória	49
1.2.4.	Fase decisória	50
1.2.5.	Excepcionalidades: a adoção de técnicas de sumariedade cognitiva.....	50
1.2.5.1.	A estabilização da tutela provisória de urgência antecipada em caráter antecedente	51
1.2.5.2.	Improcedência liminar do pedido	53
1.2.5.3.	Julgamento antecipado de mérito.....	54
2	PETIÇÃO INICIAL.....	55
2.1.	Conceito.....	55
2.2.	Os requisitos da petição inicial.....	56
2.2.1.	Os requisitos intrínsecos	57
2.2.1.1.	O juízo a que é dirigida	57
2.2.1.2.	Qualificação das partes	57
2.2.1.3.	A causa de pedir: o fato e os fundamentos jurídicos do pedido.....	61
2.2.1.4.	O pedido com as suas especificações	68
2.2.1.5.	O valor da causa.....	70
2.2.1.6.	As provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados.....	72
2.2.1.7.	A opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação.....	73

2.2.1.8.	A regularidade formal da petição inicial	75
2.2.2.	Requisitos extrínsecos.....	75
2.2.2.1.	Os documentos necessários para o protocolo da petição inicial	75
2.2.2.1.1.	Documentos para a validade e regularidade do processo.....	76
2.2.2.1.2.	Documentos para a instrução probatória da causa de pedir	77
2.3.	Pedido	77
2.3.1.	A relação do pedido com os elementos da demanda.....	78
2.3.2.	Pedido imediato e pedido mediato	80
2.3.3.	A certeza, a determinação e a coerência do pedido.....	82
2.3.4.	Espécies diversas de pedido	83
2.3.4.1.	Pedido genérico.....	84
2.3.4.2.	O pedido de prestações sucessivas.....	85
2.3.4.3.	Pedido implícito	85
2.3.4.4.	Pedido alternativo.....	86
2.3.4.5.	Pedido relativo a obrigação indivisível.....	87
2.3.5.	Os limites do pedido: o princípio da adstrição, congruência e correlação	88
2.3.6.	A interpretação do pedido	91
2.3.7.	O pedido como início da definição do objeto do processo	94
2.3.7.1.	O processo objetivamente simples: um só pedido principal entre somente um autor e um réu	95
2.3.7.2.	O processo objetivamente complexo: cumulação de pedidos ou partes.....	96
2.3.7.2.1.	Complexidade objetiva por cumulação de pedido	97
2.3.7.2.1.1.	Requisitos da cumulação de pedidos.....	99
2.3.7.2.1.2.	Espécies de cumulação de pedidos	103
2.3.7.2.1.2.1.	A cumulação própria.....	104
2.3.7.2.1.2.1.1.	Cumulação simples.....	104
2.3.7.2.1.2.1.2.	Cumulação sucessiva.....	105
2.3.7.2.1.2.2.	A cumulação imprópria.....	107
2.3.7.2.1.2.2.1.	Cumulação eventual ou subsidiária	107
2.3.7.2.1.2.2.2.	Cumulação alternativa	109
2.3.7.2.2.	A possibilidade do processo objetiva e subjetivamente complexo: litisconsórcio ...	110
2.3.7.2.3.	Os momentos processuais para a cumulação.....	112
2.3.7.2.3.1.	A cumulação inicial: na petição inicial.....	112

2.3.7.2.3.2.	A cumulação ulterior: em momento posterior à petição inicial	113
2.3.7.2.3.2.1.	O aditamento da petição inicial e a possibilidade de ampliação do objeto litigioso do processo pelo autor	113
2.3.7.2.3.2.2.	O aditamento da petição inicial e a possibilidade de redução do objeto litigioso do processo pelo autor	115
2.3.7.2.3.2.3.	A possibilidade de alteração do pedido e modificação do objeto litigioso do processo	115
3	MANIFESTAÇÕES DO JUÍZO PERANTE A PETIÇÃO INICIAL.....	117
3.1.	A conclusão da petição inicial para o juízo e a análise perfunctória: o deferimento da inicial ou outras condutas	117
3.2.	Emenda à petição inicial.....	118
3.3.	Indeferimento da petição inicial.....	120
3.3.1.	A inépcia da petição inicial	121
3.3.2.	A falta de interesse processual ou legitimidade das partes	125
3.3.3.	A não menção da atuação em causa própria do advogado autor	126
3.3.4.	O indeferimento por não atendimento aos requisitos da petição inicial.....	126
3.3.5.	O indeferimento parcial da petição inicial.....	127
3.4.	Improcedência liminar do pedido.....	128
3.4.1.	Características da improcedência liminar do pedido.....	128
3.4.2.	Requisitos para a improcedência liminar do pedido.....	130
3.4.3.	Hipóteses de improcedência liminar do pedido	130
3.4.3.1.	A improcedência liminar do pedido por pedido contrário a solução jurídica firmada em precedente judicial vinculante.....	131
3.4.3.2.	A improcedência liminar do pedido por ocorrência de prescrição e decadência.....	134
3.4.4.	A fundamentação da decisão de improcedência liminar do pedido.....	135
3.4.5.	Os impactos da improcedência liminar do pedido para o réu....	137
3.4.6.	O devido processo legal e a improcedência liminar do pedido....	137
3.4.7.	Improcedência liminar do pedido parcial.....	139
3.5.	Análise de eventual requerimento de tutela provisória.....	139
4	CITAÇÃO.....	141
4.1.	Conceito geral de citação.....	141
4.1.1.	A citação como consequência do juízo de admissibilidade preliminar positivo da petição inicial.....	142

4.1.2.	A citação e a sua relação como pressuposto processual: entre validade e existência.....	143
4.2.	Efeitos da citação.....	145
4.2.1.	Efeitos processuais.....	146
4.2.1.1.	Induz a litispendência para o réu.....	146
4.2.1.2.	Tornar litigiosa a coisa ou o objeto litigioso do processo.....	147
4.2.1.3.	A preclusão do aditamento e alteração da petição inicial pelo autor.....	147
4.2.1.4.	A irradiação dos efeitos mesmo em citação determinada por juízo incompetente.....	147
4.2.2.	Efeitos materiais.....	148
4.2.2.1.	Constituição em mora.....	148
4.2.2.2.	A relação da determinação judicial pela citação com a interrupção da prescrição.....	149
4.3.	Características da citação.....	152
4.3.1.	Pessoalidade.....	152
4.3.1.1.	A personalidade no litisconsórcio passivo.....	154
4.3.2.	O local da citação.....	154
4.3.3.	Impedimentos para a citação.....	155
4.3.4.	Comandos agregados à citação.....	156
4.4.	As espécies de citação.....	156
4.4.1.	A citação pelo Correios.....	157
4.4.2.	Citação por oficial de justiça.....	160
4.4.3.	Citação por mandado por hora certa.....	161
4.4.4.	Citação pelo escrivão ou chefe de secretaria.....	163
4.4.5.	Citação por edital.....	163
4.4.6.	Citação por meio eletrônico.....	166
4.4.7.	Comparecimento espontâneo do réu ao processo.....	167
4.4.8.	A desnecessidade de citação.....	169
5	AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO.....	171
5.1	Conceito.....	171
5.1.1.	Os princípios da autocomposição: conciliação e mediação.....	172
5.2.	Características.....	173
5.2.1.	O rito para sua realização.....	173
5.2.2.	A possibilidade de nova sessão da audiência.....	175
5.2.3.	A diferença entre conciliação e mediação.....	175
5.2.4.	O conciliador ou mediador como realizadores da audiência.....	176
5.2.5.	A multa por não comparecimento na audiência.....	177

5.2.6.	A participação das partes e dos advogados.....	178
5.2.7.	A dispensa da realização da audiência de conciliação ou mediação	179
6	A RESPOSTA DO RÉU	183
6.1.	A resposta do réu como uma exceção: teoria da exceção	183
6.1.1.	A exceção vista como todo meio de defesa processual.....	185
6.1.2.	A exceção como matéria específica de defesa: a matéria de direito processual e a matéria de direito material.....	185
6.1.3.	A diferença entre exceção e objeção como defesas	186
6.2.	A defesa como matéria e as espécies possíveis	189
6.2.1.	A defesa entre admissibilidade e mérito: ou processual e material	189
6.2.2.	A defesa dentro da admissibilidade: entre dilatória e peremptória	191
6.2.3.	A defesa de mérito: direta e indireta.....	192
6.2.4.	A defesa no aspecto de formação processual: interna ou instrumental	193
6.3.	Atitudes do réu no processo: o termo resposta do réu	194
6.3.1.	A contestação como a peça de defesa do réu	195
6.3.2.	Características argumentativas da contestação	196
6.3.2.1.	O princípio da eventualidade ou da concentração da defesa no momento da contestação.....	196
6.3.2.2.	Ônus da impugnação específica.....	198
6.3.2.2.1.	As consequências da falta de impugnação específica dos fatos na contestação.....	199
6.3.2.2.2.	As exceções legais ao ônus da impugnação específica.....	201
6.3.2.3.	As matérias possíveis dentro das espécies de defesa internas da contestação	202
6.3.2.3.1.	As matérias impugnativas como preliminares processuais do art. 337 do CPC: defesas sobre a admissibilidade do processo	203
6.3.2.3.1.1.	A alegação de inexistência ou nulidade da citação	203
6.3.2.3.1.2.	A alegação de incompetência absoluta e relativa.....	205
6.3.2.3.1.2.1.	A possibilidade da distribuição da contestação no juízo de domicílio do réu	207
6.3.2.3.1.3.	A alegação de incorreção do valor da causa	207

6.3.2.3.1.4.	A alegação de inépcia da petição inicial...	209
6.3.2.3.1.5.	A alegação de pressupostos processuais negativos	210
6.3.2.3.1.5.1.	Perempção	211
6.3.2.3.1.5.2.	Coisa julgada	212
6.3.2.3.1.5.3.	Litispendência	212
6.3.2.3.1.6.	A alegação de conexão e continência	213
6.3.2.3.1.7.	A alegação de incapacidade de parte, defeito de representação ou falta de autorização.....	214
6.3.2.3.1.8.	A alegação de ausência de legitimidade e interesse processual	215
6.3.2.3.1.8.1.	A nova forma de alegação de ilegitimidade passiva e a possibilidade de correção do polo passivo e a faculdade do autor sobre a correção: arts. 338 e 339 do CPC.....	216
6.3.2.3.1.9.	A alegação de convenção de arbitragem...	219
6.3.2.3.1.10.	A alegação de falta de caução.....	221
6.3.2.3.1.11.	A impugnação à concessão do benefício da justiça gratuita.....	222
6.3.2.3.1.12.	A necessidade de contraditório e primazia ao julgamento com resolução do mérito sempre que possível	222
6.3.2.3.2.	As matérias impugnáveis como prejudiciais de mérito.....	224
6.3.2.3.3.	As matérias impugnáveis como mérito	225
6.3.2.3.4.	As matérias impugnáveis em momentos posteriores à contestação: art. 342 do CPC	226
6.3.2.3.5.	A defesa complexa em resposta a uma petição inicial com a formação de um processo objetivamente complexo.....	227
6.4.	Formato da contestação e demais regras	227
6.4.1.	O prazo da contestação e sua contagem	228
6.4.2.	Aditamento e indeferimento da contestação	229
6.4.3.	A formação dos pedidos da contestação	230
6.4.4.	Interpretação da contestação	231
6.4.5.	O momento de produção de provas: geral ou específico	231
6.4.6.	O requerimento de intervenção de terceiros	231
6.5.	A ampliação do objeto litigioso do processo	232
6.5.1.	Reconvenção	232

6.5.1.1.	A transformação da reconvenção em uma matéria interna da contestação	233
6.5.1.2.	Requisitos para a reconvenção	234
6.5.1.3.	Formalidades para a reconvenção	236
6.5.1.4.	A análise perfunctória da reconvenção e a intimação para a contestação à reconvenção	237
6.5.1.5.	A resposta da reconvenção passa a ser a réplica à contestação	238
6.5.1.6.	A possibilidade de reconvenção da reconvenção	238
6.5.1.7.	A tramitação das fases saneadora e probatória em conjunto com a demanda principal	239
6.5.1.8.	A decisão da reconvenção: entre a unidade da sentença e a decisão parcial	239
6.5.1.9.	A reconvenção como ampliação do processo	240
6.5.1.9.1.	A ampliação objetiva: o aumento de pedidos a serem julgados	240
6.5.1.9.2.	A ampliação subjetiva: a possibilidade de inclusão de terceiro na reconvenção	241
6.5.1.10.	A possibilidade de protocolo da reconvenção sem apresentar a contestação: peça autônoma de reconvenção ...	242
6.5.1.10.1.	A reconvenção proposta fora da contestação: quais as atitudes possíveis?	243
6.5.1.11.	A revelia do autor na reconvenção	244
6.5.1.12.	A desistência e a reconvenção: autonomia entre as demandas – principal e reconvinte	245
6.5.1.13.	A reconvenção do substituto processual	245
6.5.2.	O pedido contraposto	245
6.5.3.	A formação de títulos judiciais invertidos no pedido contraposto, na reconvenção e nas ações dúplices	247
7	PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES PÓS FASE POSTULATÓRIA	251
7.1.	Conceito	251
7.2.	Os desdobramentos processuais possíveis como providências preliminares	253
7.3.	As diferenças entre as providências preliminares	254
7.3.1.	As providências preliminares de sanabilidade e a busca pela primazia ao julgamento de mérito	254
7.3.2.	As providências preliminares como resoluções incidentais	256
7.3.3.	As providências preliminares de desdobramento processual para o juízo de mérito	257
7.3.4.	A possibilidade de interligação das providências preliminares diretamente com a fase decisória	258

8	REVELIA.....	259
8.1.	Conceito.....	259
8.1.1.	O fluxo do prazo de resposta sem manifestação e a análise do juízo sobre a atitude do réu.....	260
8.2.	Efeitos da revelia: as consequências materiais e processuais.....	261
8.2.1.	O efeito material da revelia	261
8.2.1.1	A ocorrência da revelia com presunção de veracidade dos fatos narrados pelo autor	262
8.2.1.2	A revelia com o efeito material da presunção de veracidade não significa automaticamente vitória do autor e derrota do réu: as possibilidades de improcedência do autor mesmo com revelia e presunção de veracidade....	263
8.2.1.3	A possibilidade de contraprova do réu sobre os fatos alegados pelo autor	263
8.2.1.4	A possibilidade de alegar matérias de direito mesmo revel, nos moldes do art. 342 do CPC	265
8.2.1.5	A presunção de veracidade dos fatos pode ser afastada pelo julgador à luz das provas existentes	266
8.2.1.6	A não subsunção do direito alegado como consequência dos fatos narrados pelo autor	267
8.2.1.7	A ocorrência da revelia sem a incidência da presunção de veracidade dos fatos narrados pelo autor	267
8.2.1.8	A possibilidade de presunção de veracidade dos fatos sem a ocorrência de revelia.....	272
8.2.1.9	A necessidade de produção de provas dos fatos narrados pelo autor mesmo com o réu revel pela não incidência dos efeitos materiais da revelia.....	273
8.2.1.10	Situações diferenciadas: esvaziamento dos efeitos materiais na ação rescisória, mandado de segurança e desapropriação	274
8.2.1.10.1	A revelia e a ação rescisória.....	274
8.2.1.10.2	A revelia e o mandado de segurança.....	275
8.2.1.10.3	A revelia e a ação de desapropriação.....	277
8.2.2	Efeitos processuais decorrentes da revelia	279
8.2.2.1	A fluência do prazo do réu revel: as possibilidades previstas do efeito processual da revelia	279
8.2.2.2	Intervenção do réu revel: entre o réu já habilitado e a possibilidade do réu se habilitar posteriormente à revelia	280
8.2.2.3	A preclusão da alegação das matérias de defesa.....	281
8.2.2.4	As consequências processuais do efeito material da revelia: possibilidade de julgamento antecipado do mérito pelo art. 355, II do CPC.....	282

8.2.2.5	A desnecessidade do desentranhamento da contestação apresentada intempestivamente.....	283
8.3	Considerações gerais sobre a revelia.....	284
8.3.1	A alteração do objeto litigioso do processo pelo autor com réu revel: art. 329, II do CPC.....	284
8.3.2	A revelia como impedimento à extensão da coisa julgada à resolução da questão prejudicial incidental: art. 503, §1º, II do CPC	284
8.3.3	Revelia e a reconvenção.....	286
8.3.3.1	A revelia pela não apresentação de contestação e apresentação somente de reconvenção.....	286
8.3.3.2	Revelia do autor na reconvenção.....	286
9	RÉPLICA.....	289
9.1	Conceito.....	289
9.2	A análise judicante sobre a apresentação da contestação e as suas possibilidades.....	290
9.2.1	A réplica pela alegação do réu de preliminar processual constante no art. 337 do CPC.....	291
9.2.2	A alegação específica de ilegitimidade passiva e a réplica disposta no art. 338 do CPC.....	291
9.2.3	A réplica pela alegação do réu de fatos novos, com modificação, extinção ou impedimento do direito do autor.....	293
9.2.4	A réplica pela alegação do réu com a juntada de documentos pelo réu na sua contestação.....	294
9.2.5	A réplica pela existência de pedido de reconvenção na contestação do réu: a réplica como veículo da contestação à reconvenção	296
9.2.6	A possibilidade de réplica a réplica: a réplica.....	297
10	JULGAMENTOS CONFORME O ESTADO DO PROCESSO.....	299
10.1	Conceito.....	299
10.2	O julgamento conforme o estado do processo como uma antecipação da sentença.....	301
10.2.1	O julgamento conforme o estado do processo e a relação com a resolubilidade fática.....	301
10.2.2	O julgamento antecipado como um dever do juízo.....	302
10.3	A extinção do processo pelo julgamento conforme o estado do processo...	303
10.3.1	A existência de vícios processuais para a extinção do processo	304
10.3.2	A sanabilidade possível de alguns vícios e a primazia ao julgamento de mérito: art. 352 do CPC.....	305
10.3.3	A extinção do processo em vícios sanáveis somente em razão da inércia do autor: o art. 352 do CPC como antecedente do art. 354 do CPC.....	306

10.3.4	A existência de vícios insanáveis e a extinção do processo: o art. 354 do CPC	307
10.3.5	A extinção do processo conforme o estado do processo: um diálogo do art. 354 com o art. 485, ambos do CPC	308
10.3.6	Os julgamentos de mérito constantes no art. 354 do CPC: art. 487, II e III do CPC.....	309
10.4	O julgamento antecipado do mérito.....	311
10.4.1	A necessidade de disposição legal para um julgamento antecipado de mérito.....	312
10.4.2	A desnecessidade de dilação probatória como base para a antecipação do julgamento de mérito.....	312
10.4.2.1	O julgamento antecipado pela desnecessidade de produção de outras provas: art. 355, I do CPC.....	313
10.4.2.2	O julgamento antecipado pela revelia com efeito material e o não requerimento de provas: art. 355, II do CPC.....	316
10.4.3	A necessidade de decisão-alerta para o julgamento antecipado do mérito	317
10.4.4	A fundamentação decisória dos motivos da antecipação do mérito	319
10.5	O julgamento parcial conforme o estado do processo.....	320
10.5.1	Os julgamentos totais e parciais	321
10.5.2	O julgamento parcial como consequência do fracionamento decisório: os requisitos para a decisão parcial.....	321
10.5.3	A definição da decisão parcial – com ou sem mérito como decisão interlocutória	324
10.5.3.1	A construção da decisão parcial nos mesmos moldes da sentença.....	325
10.5.3.2	A decisão parcial construída com outro momento decisório.....	325
10.5.4	A extinção parcial: a decisão parcial sem resolução de mérito... ..	326
10.5.5	O julgamento parcial de mérito: a decisão parcial com resolução de mérito.....	328
10.5.5.1	A decomponibilidade do pedido como um modo de complexidade objetiva do processo e a decisão parcial de mérito.....	333
10.5.5.2	A prescrição e decadência e a decisão parcial: a decisão que acolhe ou rejeita as alegações.....	334
10.5.6	Os impactos da decisão parcial nos desdobramentos processuais.....	334
10.5.6.1	Decisão parcial e o custo do processo.....	335
10.5.6.2	Decisão parcial e a recorribilidade	336

10.5.6.3	Decisão parcial e a remessa necessária.....	338
10.5.6.4	Decisão parcial e a coisa julgada.....	339
10.5.6.5	Decisão parcial e a estabilidade de questões processuais decididas	340
10.5.6.6	Decisão parcial e a ação rescisória.....	341
10.5.6.7	Decisão parcial e liquidação de sentença.....	343
10.5.6.8	Decisão parcial e cumprimento de sentença.....	345
10.5.6.9	Decisão parcial e suspensão por repetitivo	347
11	SANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO	349
11.1	Conceito.....	349
11.2	O saneamento por todo o processo e a concentração nessa fase	350
11.2.1	A realização do saneamento e organização do processo somente em hipóteses de não incidência de julgamento conforme o estado do processo.....	350
11.2.2	O saneamento e organização do processo como uma decisão interlocutória	351
11.3	A importância da prolação da decisão de saneamento e organização do processo	352
11.4	O conteúdo e atividades processuais do saneamento e organização do processo	352
11.4.1	O conteúdo múltiplo da decisão de saneamento e organização do processo e o impacto na recorribilidade	358
11.4.2	A possibilidade da decisão de saneamento e organização do processo conter uma decisão parcial	359
11.5	As diferentes maneiras da construção da decisão de saneamento e organização do processo	360
11.5.1	A decisão de saneamento e organização do processo de maneira unilateral pelo juízo.....	360
11.5.2	A organização do processo definida pelas partes via negócio jurídico-processual.....	361
11.5.3	O saneamento compartilhado entre o juízo e as partes em audiência.....	363
11.6	A possibilidade de revisão da decisão de saneamento e organização: art. 357, § 1º do CPC.....	365
11.6.1	A estabilização da decisão de saneamento e organização do processo	367
11.6.2	A vinculação do juízo a conteúdo saneado e organizado e seus limites.....	370
11.7	Saneamento e organização do processo: importante e necessário diálogo com as partes.....	371

11.8	A pouca utilização da decisão de saneamento e organização do processo no cotidiano forense: causa, efeito e proposta de definição de procedimento da decisão de saneamento e organização do processo.....	372
12	A ESTABILIZAÇÃO DO OBJETO DO PROCESSO PÓS-FASE ORDINATÓRIA.....	375
12.1	O conceito de objeto do processo.....	375
12.1.1	O objeto litigioso do processo	377
12.1.2	A diferença entre objeto do processo e objeto litigioso do processo	378
12.1.3	Objeto litigioso do processo simples e complexo.....	380
12.2	As definições do objeto litigioso do processo.....	382
12.2.1	O pedido da petição inicial como o início da definição do objeto do processo.....	382
12.2.2	A possibilidade de o autor ampliar ou reduzir o objeto do processo em momento posterior à petição inicial.....	382
12.2.3	A possibilidade de aumento do objeto litigioso do processo pelo réu: reconvenção ou pedido contraposto	384
12.2.4	A possibilidade de redução ou divisão do objeto litigioso do processo pela decisão parcial	386
12.2.5	A decisão de saneamento e organização do processo como momento limite para as ampliações ou reduções do objeto litigioso do processo e a sua estabilidade depois da fase de saneamento	387
12.2.6	A relação da sentença com o objeto litigioso do processo.....	388
13	TEORIA GERAL DA PROVA	391
13.1	A prova no processo civil.....	391
13.1.1	A palavra prova e a sua acepção	392
13.1.2	A relação da prova com o fato	393
13.1.2.1	A definição de fato para o processo.....	394
13.1.2.2	Objeto da prova: fato da causa como <i>thema probandum</i>	397
13.1.2.3	Características do fato como <i>thema probandum</i> : relevância, controvérsia e determinação	398
13.1.2.4	A relação do fato com a produção de provas	400
13.1.2.5	As diferentes espécies de fatos.....	403
13.1.2.5.1	Fatos positivos ou negativos.....	404
13.1.2.5.2	Fatos jurídicos	404
13.1.2.5.3	Fato da existência de norma jurídica	405
13.1.2.5.4	Fatos principais e simples	405
13.1.2.5.5	Prova de fato ocorrido no estrangeiro	405
13.1.2.5.6	Os fatos que não dependem de prova	406

13.1.2.5.6.1	Fatos notórios.....	406
13.1.2.5.6.2	Fato incontroverso.....	407
13.1.2.5.6.3	Fato presumido.....	408
13.1.2.5.6.3.1	Fato absolutamente presumido.....	409
13.1.2.5.6.3.2	Fato relativamente presumido.....	410
13.1.2.6	A possibilidade de diversos fatos como <i>thema probandum</i> : a complexidade das questões de fato.....	411
13.2	A prova, o direito à prova e a sua produção.....	412
13.2.1	O fato, a prova e a busca pela verdade.....	412
13.2.2	A finalidade da prova.....	415
13.2.3	A destinação da prova.....	417
13.2.4	Meios, fontes e conteúdo da prova.....	419
13.2.5	A prova como direito fundamental das partes.....	420
13.2.6	A produção da prova pelas partes e a especificação das provas ...	422
13.2.6.1	A análise do juízo sobre a especificação de provas: do deferimento e indeferimento das provas.....	423
13.2.6.2	O indeferimento da produção de provas e a impossibilidade de decidir com base em falta de provas.....	425
13.2.7	A possibilidade de produção de prova pelo juízo.....	425
13.2.7.1	Aspectos gerais dos poderes instrutórios do juízo.....	426
13.2.7.2	A discussão dos poderes instrutório entre os modelos adversarial e inquisitorial.....	426
13.2.7.3	A proposição de um modelo cooperativo.....	428
13.2.7.4	A visão garantista do processo: o processo das partes para as partes.....	429
13.2.7.5	O poder instrutório do juízo.....	429
13.2.7.6	A interpretação do poder instrutório do juízo diante dos critérios de limitação e autocontenção.....	432
13.2.7.7	A relevância sobre quem pleiteou a produção da prova.....	436
13.3	Procedimento probatório.....	436
13.4	A análise da prova pelo juízo e a sua valoração.....	438
13.4.1	O descarte do sistema de tarifação das provas e sistema de convicção íntima do juízo.....	438
13.4.2	Do livre convencimento motivado (persuasão racional) ao convencimento motivado.....	439
13.4.3	O modo de realização do convencimento motivado.....	443
13.4.4	O convencimento motivado e a complexidade de questões de fato.....	445
13.5	A regra de experiência para a análise da prova.....	445
13.5.1	Funções das regras de experiência.....	446

13.5.2	Espécies de regras da experiência	447
13.5.3	Controle das regras de experiência: contraditório e fundamentação	448
13.5.4	As críticas às regras de experiência.....	449
13.5.5	As regras de experiência e o fato notório	451
13.5.6	As regras de experiência e o indício.....	452
13.5.7	As regras de experiência e a presunção judicial.....	453
13.5.8	A relação entre regras de experiência, indício e presunção judicial	454
13.5.8.1	A presunção judicial via prova prima facie e a prova por amostragem	455
13.6	O sistema de carga probatória: o ônus de provar	455
13.6.1	Análises gerais sobre ônus da prova.....	457
13.6.1.1	Os aspectos do ônus da prova: subjetivo e objetivo	458
13.6.1.2	As implicações do aspecto objetivo do ônus da prova.....	459
13.6.1.2.1	Ônus como regra de julgamento	459
13.6.1.2.2	Ônus como aplicação subsidiária	461
13.6.2	A distribuição do ônus da prova e as suas espécies	462
13.6.2.1	Distribuição estática do ônus da prova	462
13.6.2.2	A distribuição dinâmica do ônus da prova.....	463
13.6.2.2.1	A inversão do ônus da prova por previsão legal: <i>ope legis</i>	463
13.6.2.2.2	Inversão convencional do ônus da prova.....	464
13.6.2.2.3	A distribuição dinâmica do ônus da prova pelo juízo	467
13.6.2.2.4	Pressupostos para a redistribuição do ônus da prova	469
13.6.2.2.4.1	Pressupostos formais da redistribuição do ônus da prova	469
13.6.2.2.4.2	Os pressupostos materiais da redistribuição do ônus da prova.....	472
13.6.2.3	A pluralidade de alegações de fato e a necessidade de redistribuição específica sobre o ônus de cada alegação.....	473
13.6.2.4	A diferença entre a regra que autoriza a redistribuição do ônus da prova e a regra que redistribui o ônus da prova.....	474
13.6.2.5	O ônus da prova de fato negativo	474
13.7	Diretrizes do direito probatório.....	476
13.7.1	Natureza jurídica das normas sobre prova.....	477
13.7.2	As espécies de provas e a atipicidade das provas.....	478

13.7.3	A necessidade da licitude da prova ou a proibição de prova ilícita	479
13.7.3.1	Prova moralmente ilegítima	480
13.7.3.2	Análise sobre a ilicitude da prova	481
13.7.3.3	A nulidade da decisão baseada em prova ilícita ou moralmente ilegítima	481
13.7.4	Prova emprestada	482
13.7.5	Preclusão para o juízo em matéria de prova	485
14	PROVAS EM ESPÉCIE	489
14.1	As espécies de provas ou meios de prova	489
14.2	A produção antecipada de prova	489
14.2.1	A natureza jurídica da ação de produção antecipada de prova...	490
14.2.2	A produção antecipada de prova como a junção das ações probatórias	494
14.2.3	Os fundamentos da ação probatória: as possibilidades da ação de produção antecipada de provas	496
14.2.4	O procedimento da produção antecipada da prova.....	499
14.2.4.1	A petição inicial da produção antecipada da prova	499
14.2.4.2	A análise de admissibilidade da produção antecipada de prova pelo juízo, a citação dos interessados e as suas possíveis manifestações/defesas	500
14.2.4.3	A decisão sobre a produção da prova e os recursos cabíveis	504
14.2.4.4	A produção antecipada da prova procedente e a sua realização.....	505
14.2.4.5	A sentença de homologação da prova produzida e a extinção do processo	506
14.2.5	As espécies de prova a serem produzidas na produção antecipada da prova.....	507
14.2.6	A competência para a produção antecipada da prova e a não fixação da prevenção do juízo	510
14.2.7	O direito de utilização da prova para qualquer das partes.....	512
14.2.8	Tutela provisória na produção antecipada da prova	512
14.2.9	A possibilidade de inclusão de terceiros na produção antecipada da prova	513
14.2.10	Autonomia entre a produção antecipada da prova e a ação de direito material do <i>fato probando</i>	514
14.2.11	A inviabilidade da produção antecipada de prova de maneira incidental	515
14.3	Depoimento pessoal	516
14.3.1	Conceito	516

14.3.2	A iniciativa do depoimento pessoal: entre requerimento do depoimento pessoal e a determinação de interrogatório pelo juízo.....	517
14.3.3	Os atores do depoimento pessoal.....	518
14.3.3.1	O presentante e o representante da parte	519
14.3.4	A recusa do depoente.....	520
14.3.5	O procedimento do depoimento pessoal	524
14.3.6	A valoração do depoimento pessoal	526
14.4	Confissão	527
14.4.1	Conceito.....	527
14.4.2	Os elementos da confissão.....	527
14.4.3	Natureza jurídica da confissão.....	528
14.4.4	Espécies de confissão	529
14.4.5	Distinções necessárias da confissão com outros institutos.....	531
14.4.5.1	Confissão e reconhecimento do pedido.....	532
14.4.5.2	Confissão e admissão	533
14.4.6	Os requisitos para a confissão.....	534
14.4.7	A eficácia da confissão	535
14.4.8	Os limites da eficácia da confissão para o confitente.....	536
14.4.8.1	A confissão por representante e sua eficácia	536
14.4.8.2	A irrevogabilidade da confissão e a possibilidade de invalidação da confissão.....	537
14.4.8.3	A invalidação por erro ou coação.....	538
14.4.8.4	A confissão como um ato uno e indivisível.....	539
14.5	Prova testemunhal.....	540
14.5.1	Conceito.....	540
14.5.2	Espécies de prova testemunhal	542
14.5.3	A admissibilidade da prova testemunhal	542
14.5.4	Da capacidade da testemunha e as incapacidades, impedimentos e suspeições	543
14.5.5	O requerimento da produção de prova testemunhal e a decisão de deferimento/indeferimento.....	547
14.5.5.1	A juntada do rol de testemunhas	549
14.5.5.2	A intimação das testemunhas indicadas no rol	550
14.5.5.3	A possibilidade de substituição da testemunha.....	553
14.5.6	O local da produção da prova testemunhal	554
14.5.7	O momento processual da produção da prova testemunhal.....	555
14.5.8	O procedimento da produção de prova testemunhal.....	556
14.5.8.1	Ordem de inquirição.....	556
14.5.8.2	Qualificação.....	556

14.5.8.3	Contradita e decisão sobre a contradita.....	557
14.5.8.4	Compromisso do art. 458 do CPC.....	557
14.5.8.5	Escusa de depor.....	558
14.5.8.6	Método de inquirição.....	558
14.5.8.7	A documentação da produção da prova testemunhal...	560
14.5.8.8	O direito da testemunha: certidão de comparecimento e reembolso de despesas.....	560
14.5.8.9	A possibilidade de acareação entre testemunhas e a oitiva de uma nova testemunha.....	561
14.5.9	O valor da prova testemunhal.....	562
14.6	Prova documental.....	562
14.6.1	Conceito.....	562
14.6.2	A importância e a utilização da prova documental.....	563
14.6.3	Classificação do documento: físico e eletrônico.....	565
14.6.4	Elementos do documento.....	565
14.6.4.1	O documento e a prova documental.....	567
14.6.4.2	Distinção da prova documental dos outros meios de prova.....	567
14.6.4.3	A prova documental e a prova documentada.....	568
14.6.4.4	A diferença necessária entre documento e instrumento.....	570
14.6.5	A autoria do documento.....	571
14.6.5.1	Autoria material e autoria intelectual.....	571
14.6.5.2	A autoria: entre autógrafo e heterógrafo.....	573
14.6.5.3	A diferenciação do documento pelo seu autor: documentos públicos e particulares.....	573
14.6.5.4	A importância da subscrição e identificação da autoria.....	573
14.6.5.5	Autenticidade.....	574
14.6.6	Conteúdo.....	575
14.6.6.1	O suporte do documento.....	576
14.6.7	O documento e as suas datas.....	577
14.6.8	A força probante dos documentos.....	578
14.6.8.1	Força probante dos documentos públicos.....	579
14.6.8.1.1	Fé pública e presunção de autenticidade e de veracidade do conteúdo do documento público.....	579
14.6.8.1.2	A escriturapública e a sua força probante...	580
14.6.8.1.3	O documento público como instrumento público como forma solene do ato jurídico: art. 406 do CPC.....	581
14.6.8.1.4	A irregularidade do documento público ...	582

14.6.8.2	Força probante dos documentos particulares.....	583
14.6.8.2.1	A força probante dos documentos particulares dispositivos.....	584
14.6.8.2.2	A força probante dos documentos particulares testemunhais.....	585
14.6.8.2.3	A força probante do telegrama, radiograma, do fac-símile e dos outros meios de transmissão de dados.....	585
14.6.8.2.4	A força probante das cartas, dos registros domésticos e das notas lançadas pelo credor no documento representativo da obrigação.....	586
14.6.8.2.5	A força probante dos livros empresariais e da escrituração contábil.....	587
14.6.8.2.6	A indivisibilidade do documento particular e da escrituração contábil.....	588
14.6.8.2.7	Os documentos: entre originais, cópias, certidões e traslados.....	588
14.6.9	Os vícios possíveis no documento: entre irregularidade e falsidade.....	590
14.6.10	A formação da produção da prova documental.....	591
14.6.10.1	Os momentos possíveis de juntada da prova documental pelas partes.....	592
14.6.10.2	Juntada de documento em momento posterior à fase postulatória.....	593
14.6.10.3	Os momentos de manifestação da parte adversa sobre a prova documental produzida.....	596
14.6.10.4	As possibilidades impugnativas da parte contrária sobre a prova documental produzida.....	596
14.6.10.5	A decisão sobre a produção de prova documental....	597
14.6.11	Arguição de falsidade: art. 430 e seguintes do CPC.....	598
14.6.12	Documento eletrônico e a sua regulamentação.....	600
14.6.12.1	A necessidade de sua certificação: autenticidade do documento eletrônico.....	601
14.6.12.2	A segurança e integridade do documento eletrônico....	602
14.6.12.3	Documento eletrônico não certificado.....	603
14.6.13	O processo eletrônico ou processo em autos eletrônicos.....	604
14.6.14	O documento eletrônico no processo em autos de papel.....	605
14.7	Ata Notarial.....	605
14.7.1	Conceito.....	605
14.7.2	A legitimidade da ata notarial.....	606
14.7.3	Os fatos que podem ser documentados via ata notarial.....	606

14.7.4	Natureza jurídica da ata notarial.....	608
14.7.5	A utilização da ata notarial no processo.....	609
14.7.6	A diferença da ata notarial da escritura pública.....	610
14.8	Exibição de documento ou coisa.....	610
14.8.1	Conceito.....	610
14.8.2	Meio de prova ou meio de obtenção de prova?	611
14.8.3	Legitimidade para a exibição: ativa de quem requerer e passiva de quem for requisitado.....	613
14.8.4	Os requisitos para o requerimento de exibição de documento ou coisa	613
14.8.5	O requerimento da exibição de documento ou coisa e os momentos processuais adequados.....	615
14.8.6	As espécies de exibição de documento ou coisa.....	616
14.8.6.1	A requisição de documento como forma de exibição de documento.....	617
14.8.6.2	A exibição de documento ou coisa em face da parte adversa: um incidente processual	618
14.8.6.2.1	Procedimento da exibição de documento ou coisa em face da parte adversa	619
14.8.6.2.2	O requerimento de exibição formulado em face de terceiro: um processo incidente....	622
14.8.6.2.2.1	Procedimento da exibição de documento em face de terceiro como processo incidente em um processo existente.....	623
14.8.6.2.3	Exibição de documento ou coisa como um rito de procedimento especial em ação autônoma.....	627
14.8.6.2.3.1	A equivocada decisão do STJ no REsp 1774987 e a tentativa inadequada de junção da exibição de documento ou coisa com a produção antecipada da prova	630
14.8.6.2.3.2	A decisão do STJ no REsp 1803521 e a construção de uma exibição de documentos ou coisa autônoma pelo rito do art. 396 do CPC.....	635
14.9	Prova pericial	638
14.9.1	Conceito.....	638
14.9.2	A perícia como meio de prova e as fontes da prova pericial.....	641
14.9.3	O perito.....	643
14.9.3.1	Requisitos para escolha e a nomeação do perito	644
14.9.3.2	Escolha consensual do perito.....	646
14.9.3.3	Os deveres do perito.....	647

14.9.3.4	O direito do perito de escusa da nomeação à perícia ...	651
14.9.3.5	Substituição do perito	651
14.9.3.6	A perícia complexa e a necessidade de nomeação de mais de um perito	652
14.9.3.7	Da substituição do perito pelo perito-testemunha	653
14.9.3.8	O assistente técnico	655
14.9.4	Do pedido da produção da prova pericial e os momentos de sua formulação e da decisão de deferimento ou indeferimento	656
14.9.4.1	A decisão sobre deferimento ou indeferimento da perícia	657
14.9.5	O procedimento de produção da prova pericial	659
14.9.6	A avaliação da perícia pelo juízo	665
14.9.6.1	A possibilidade de segunda perícia	667
14.9.7	As despesas da perícia e sua produção	669
14.10	Inspeção judicial	671
14.10.1	Conceito	671
14.10.2	Os fundamentos da inspeção judicial	672
14.10.3	O requerimento da inspeção judicial e a análise judicante	673
14.10.4	O procedimento da inspeção judicial	674
14.10.4.1	O objeto da inspeção judicial	675
14.10.4.2	A inspeção de coisa	675
14.10.4.2.1	A inspeção de coisa como local	675
14.10.4.2.2	A inspeção de coisa como objeto	676
14.10.4.2.3	A inspeção de pessoa	676
14.10.4.2.3.1	A inspeção da parte	676
14.10.4.2.3.2	A inspeção de terceiro	677
14.10.5	A inspeção direta e indireta	677
14.10.6	A possibilidade de ser prova principal ou única para o fato controvertido	677
14.10.7	Local da inspeção judicial	678
14.10.8	A documentação constante nos autos da inspeção judicial: termo circunstanciado	678
14.10.9	As partes e sua influência na inspeção: durante a inspeção e posterior à inspeção	679
15	A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	681
15.1	Conceito	681
15.1.1	A audiência de instrução e julgamento e as demais audiências ...	682
15.1.2	A inserção equivocada dos dispositivos da audiência no CPC em momento anterior a fase probatória	682
15.1.3	A produção das provas e a necessidade (ou não) da audiência de instrução e julgamento	683

15.1.4	O juiz como condutor da audiência e o seu poder de polícia.....	684
15.2	O procedimento da audiência de instrução e julgamento	684
15.2.1	Designação	684
15.2.2	Local da audiência.....	685
15.2.3	Possibilidade de adiamento ou adiantamento	686
15.2.4	Pregão	686
15.2.4.1	A ausência das partes, dos advogados ou do membro do Ministério Público.....	687
15.2.5	Abertura da audiência e tentativa de conciliação.....	687
15.2.6	Das provas orais.....	688
15.2.6.1	Ordem de produção das provas orais.....	689
15.2.7	Encerramento da produção probatória e os desdobramentos processuais dentro da audiência de instrução e julgamento: razões finais pelas partes e a possibilidade de prolação de sentença	691
15.2.8	Registro da audiência, assinatura e a intimação de todos os participantes do processo.....	692
15.2.9	A possibilidade da sentença a ser prolatada ser sem resolução do mérito.....	693
15.2.10	A substituição das razões finais orais pela apresentação das razões finais escritas.....	694
15.2.11	A unicidade da audiência a possibilidade de cisão.....	694
15.2.12	Conversão da audiência em diligência em casos excepcionais ...	695
15.3	A audiência e os negócios jurídico-processuais	695
16	TEORIA DA COGNIÇÃO JUDICIAL.....	697
16.1	A cognição dentro do processo	697
16.1.1	A cognição num aspecto geral.....	698
16.1.2	Conceito de cognição judicial.....	700
16.1.3	Espécies das cognições.....	705
16.1.3.1	Horizontal e vertical.....	706
16.1.4	A divisão da cognição em resolução de questões: resolução <i>incidentaliter tantum</i> e resolução <i>principaliter tantum</i>	710
16.2	A tipologia das questões e a relação com a cognição judicial.....	713
16.2.1	Questões de fato e questões de direito.....	714
16.2.2	Questões prévias: preliminares e prejudiciais.....	720
16.2.3	Questões de mérito.....	724
16.2.4	Questão principal como o objeto final da cognição	727
17	A DECISÃO JUDICIAL	729
17.1	Pronunciamentos judiciais.....	729
17.1.1	Do pronunciamento judicial sem cunho decisório	730

17.1.2	Do pronunciamento judicial com cunho decisório	731
17.1.2.1	Os pronunciamentos judiciais em primeiro grau.....	732
17.1.2.1.1	Sentença	732
17.1.2.1.2	Decisão Interlocutória	733
17.1.2.2	Os pronunciamentos judiciais em Tribunais.....	734
17.1.2.2.1	Decisão Monocrática	735
17.1.2.2.2	Acórdão.....	736
17.1.2.2.3	As diferentes espécies de decisões.....	737
17.2	Elementos da sentença ou da decisão	739
17.2.1	Relatório	740
17.2.2	Fundamentação	741
17.2.2.1	A regra da motivação: base constitucional da motivação	742
17.2.2.2	As funções extraprocessual e endoprocessual da fundamentação.....	743
17.2.2.3	Os fundamentos da decisão.....	745
17.2.2.4	A relação com os pressupostos e requisitos processuais: a fundamentação da admissibilidade.....	745
17.2.2.5	A relação com a causa de pedir e o pedido: a fundamentação do mérito.....	746
17.2.2.5.1	A fundamentação sobre a cognição fática...	747
17.2.2.5.2	A fundamentação sobre a cognição jurídica	748
17.2.2.5.3	A fundamentação e a ponderação quando houver colisão de normas.....	750
17.2.2.5.4	A regulação legal de exemplos de não-fundamentação pelo art. 489, § 1º do CPC....	752
17.2.2.5.4.1	A não fundamentação da decisão que se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida.....	753
17.2.2.5.4.2	A não fundamentação da decisão que empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso	754
17.2.2.5.4.3	A não fundamentação da decisão que invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão.....	755
17.2.2.5.4.4	A não fundamentação da decisão que não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador	756

17.2.2.5.4.5	A não fundamentação da decisão que se limitar a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos.....	758
17.2.2.5.4.6	A não fundamentação da decisão que deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.....	760
17.2.2.5.4.7	O rol meramente exemplificativo e a possibilidade de outras.....	762
17.2.2.5.5	A invalidação da sentença/decisão não fundamentada ou com fundamentação deficiente.....	763
17.2.3	Dispositivo.....	764
17.3	A construção de uma sentença: uma ordem cronológica de resolução de questões	767
17.3.1	A decisão/sentença como resposta à jurisdição	767
17.3.2	A norma oriunda da sentença para o caso em concreto e a norma abstrata.....	768
17.3.3	A resposta à jurisdição meramente processual: a sentença sem resolução do mérito.....	769
17.3.3.1	A necessidade de contraditório e primazia ao julgamento de mérito em momento anterior à extinção	772
17.3.3.2	A relação da sentença sem mérito com as alegações de preliminares de contestação e art. 337 do CPC: entre vícios dilatórios e vícios peremptórios.....	775
17.3.3.3	As hipóteses de sentença sem resolução do mérito: art. 485 do CPC.....	776
17.3.3.3.1	O indeferimento da petição inicial.....	777
17.3.3.3.2	A ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo	779
17.3.3.3.3	A falta de interesse e legitimidade parcial....	781
17.3.3.3.4	A preempção, a coisa julgada e litispendência	784
17.3.3.3.5	O reconhecimento de convenção de arbitragem ou o reconhecimento pelo árbitro da sua competência	786
17.3.3.3.6	Homologar a desistência da ação	789

17.3.3.3.7	Em caso de morte da parte, a ação for considerada intransmissível por disposição legal.....	789
17.3.3.4	As matérias cognoscíveis de ofício do art. 485 do CPC.....	790
17.3.3.5	A retratabilidade em eventual apelação impugnativa de sentença sem mérito.....	791
17.3.3.6	A possibilidade de nova proposição da mesma ação julgada sem mérito: art. 486 do CPC.....	792
17.3.3.7	A situação processual bifurcada entre terminação e resolução: a prioridade ao mérito pelo art. 488 do CPC.....	795
17.3.4	A resposta à jurisdição substancial: a sentença com resolução do mérito.....	796
17.3.4.1	As diferentes visões de mérito.....	796
17.3.4.2	O conceito de mérito.....	803
17.3.4.3	A relação entre a sentença com resolução de mérito e a resposta ao pedido.....	804
17.3.4.4	O pedido como limitador da resolução do mérito.....	805
17.3.4.5	O princípio da adstrição, congruência ou correlação....	806
17.3.4.5.1	As espécies de congruência da sentença...	807
17.3.4.5.1.1	A congruência externa: os limites impostos pelos arts. 141 e 492 do CPC.....	807
17.3.4.5.1.2	A divisão entre congruência externa objetiva e subjetiva.....	810
17.3.4.5.1.2.1	A congruência externa objetiva.....	810
17.3.4.5.1.2.1.1	As consequências da incongruência externa objetiva.....	811
17.3.4.5.1.2.1.1.1	A decisão ultra petita.....	811
17.3.4.5.1.2.1.1.2	A decisão extra petita.....	812
17.3.4.5.1.2.1.1.3	A decisão citra petita.....	813
17.3.4.5.1.2.2	A congruência externa subjetiva: a impossibilidade de alcançar terceiros...	814
17.3.4.5.1.3	A congruência interna.....	816
17.3.4.5.1.3.1	A certeza da decisão.....	816
17.3.4.5.1.3.2	A determinação e a liquidez da sentença.....	818
17.3.4.5.1.3.3	A coerência da decisão.....	819
17.3.4.6	As outras resoluções de mérito: art. 487, II e III do CPC.....	820
17.3.4.7	A complexidade objetiva do processo e a complexidade objetiva da sentença.....	822
17.3.4.7.1	A teoria dos capítulos de sentença.....	824

17.3.4.7.2	A complexidade objetiva do processo: entre capítulo processual e capítulo de mérito....	828
17.3.4.7.3	A decisão de admissibilidade e a decisão do mérito	829
17.3.4.7.4	A complexidade objetiva litigiosa do processo: a pluralidade de capítulos de mérito.....	831
17.3.4.7.5	A decisão sobre o pedido implícito e custo do processo.....	833
17.3.4.7.6	Autonomia e independência entre capítulos de sentença.....	833
17.3.4.7.7	A complexidade objetiva do processo e a possibilidade de decisão parcial.....	837
17.3.4.7.7.1	Resposta total ou parcial à jurisdição: sentença como decisão total e a existência de decisão parcial.....	839
17.4	Interpretação da decisão judicial.....	840
17.5	Outras classificações de sentenças ou decisões	842
17.5.1	A relação com o mérito: a sentença terminativa e a sentença definitiva.....	842
17.5.2	A relação com a cognição em profundidade: a decisão definitiva e a decisão provisória.....	843
17.6	O fato superveniente à decisão e seu impacto no processo	846
17.7	Conteúdo e eficácia da sentença.....	849
17.7.1	Espécies de sentença quanto ao conteúdo.....	849
17.7.1.1	Sentença meramente declaratória.....	849
17.7.1.2	Sentença constitutiva.....	851
17.7.1.3	Sentença condenatória	852
17.7.1.4	A teoria ternária e a teoria quinária	853
17.7.2	Eficácias da sentença.....	855
17.7.2.1	Eficácia principal da sentença	855
17.7.2.2	Eficácia reflexa da sentença	855
17.7.2.3	Eficácia anexa da sentença.....	856
17.7.2.3.1	Eficácia probatória da sentença	857
17.7.2.3.2	Hipoteca judiciária	858
17.8	Os comandos dispositivos nas sentenças condenatórias em ações relativas às prestações de fazer, de não fazer e de entregar coisa.....	860
17.8.1	A concessão da tutela específica ou determinação de providências que assegurem a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente.....	860
17.8.1.1	A satisfação específica espontânea.....	863

17.8.1.2	A determinação na sentença de meios coercitivos e indutivos para o cumprimento da obrigação	863
17.8.1.3	A multa astreinte concedida no comando da sentença....	864
17.8.1.4	O resultado equivalente nas obrigações de fazer ou não fazer	865
17.8.1.5	A liberdade do juízo em determinar as medidas e quais medidas na sentença procedente de obrigação de fazer e não fazer	866
17.8.1.6	A determinação de tempo específico para o cumprimento da tutela específica pelo réu vencido.....	867
17.8.1.7	A conversão da tutela específica em perdas e danos	868
17.8.1.8	A indenização por perdas e danos sem prejuízo da multa astreinte.....	869
17.8.1.9	A tutela específica contra o ato ilícito	870
17.8.1.9.1	A tutela contra o dano e a tutela contra o ato ilícito: o olhar para o futuro.....	870
17.8.1.9.2	Os desdobramentos da tutela contra ato ilícito: obrigações positivas ou negativas ...	871
17.9	Publicação, retratação e integração da decisão.....	872
18	COISA JULGADA	877
18.1	O conceito de coisa julgada.....	877
18.1.1	A construção do conceito de coisa julgada: os três elementos identificadores.....	881
18.1.2	Pressupostos de formação da coisa julgada	882
18.1.3	A coisa julgada como indiscutibilidade e imutabilidade da decisão judicial.....	884
18.1.4	Os efeitos negativos e positivos da coisa julgada.....	885
18.1.5	Regimes de formação da coisa julgada: coisa julgada <i>pro et contra</i> , <i>secundum eventum litis</i> e <i>secundum eventum probationis</i>	886
18.2	As espécies de coisa julgada	888
18.2.1	Coisa julgada formal.....	888
18.2.2	Coisa julgada material: a real <i>res judicata</i>	894
18.3	Os limites para a definição da coisa julgada e seus efeitos.....	895
18.3.1	Limites objetivos da coisa julgada	896
18.3.1.1	A regra da coisa julgada: o caput do art. 503 do CPC....	896
18.3.1.1.1	O termo “expressamente decidida”	897
18.3.1.1.2	Força de lei.....	897
18.3.1.1.3	A questão principal decidida	897
18.3.1.1.4	A decisão de mérito.....	899
18.3.1.1.4.1	A palavra mérito	899

18.3.1.1.4.2	Breve revisão do conceito de mérito.....	900
18.3.1.1.5	Os limites da regra da coisa julgada.....	902
18.3.1.2	O regramento especial da coisa julgada: a formação da coisa julgada prejudicial pelo art. 503, § 1º do CPC.....	902
18.3.1.2.1	Os requisitos para a formação da coisa julgada prejudicial.....	904
18.3.1.2.2	A desnecessidade de pedido de formação de coisa julgada prejudicial.....	909
18.3.1.2.3	A desnecessidade de declaração do juízo da resolução da questão prejudicial no dispositivo decisório.....	909
18.3.1.2.4	A possível declaração do juízo sobre a resolução da questão prejudicial no dispositivo decisório.....	911
18.3.1.2.5	A delimitação e alcance material da coisa julgada prejudicial realizada somente em ação posterior por um juízo posterior.....	913
18.3.1.2.6	A manutenção da possibilidade da ação declaratória incidental.....	915
18.3.1.3	A coisa julgada sobre parcela da jurisdição.....	916
18.3.1.3.1	A coisa julgada progressiva ou parcial.....	916
18.3.1.3.2	A coisa julgada da decisão parcial.....	920
18.3.2	Limites subjetivos da coisa julgada.....	922
18.3.2.1	A coisa julgada na obrigação solidária: art. 274 do Código Civil.....	924
18.3.3	Limites temporais.....	925
18.3.3.1	A ação de trato continuado.....	926
18.3.3.2	Os meios de controle da coisa julgada via outra ação prevista em lei: art. 505, II do CPC.....	929
18.3.3.2.1	A ação rescisória.....	930
18.3.3.2.1.1	A coisa julgada da decisão parcial e a ação rescisória.....	932
18.3.3.2.1.2	A coisa julgada parcial e progressiva e a ação rescisória.....	933
18.3.3.2.1.3	A ação rescisória e a coisa julgada meramente formal.....	935
18.3.3.2.2	<i>Querela nullitatis</i>	937
18.3.3.2.3	Impugnação ao cumprimento de sentença por falta de citação (arts. 525, § 1.º, I, 535, I, ambos do CPC) ou revisão de sentença inconstitucional (arts. 525, § 12, 535, § 5.º, ambos do CPC).....	940

18.3.3.2.4	Impugnação com base na existência de erro material	943
18.4	A relação da coisa julgada com a preclusão	945
18.4.1	A relação da preclusão com a coisa julgada	945
18.4.2	A preclusão e as de questões decididas	948
18.4.3	Eficácia preclusiva da coisa julgada	950
18.5	A impossibilidade de coisa julgada	952
18.5.1	A relação entre a remessa necessária e a impossibilidade de formação de coisa julgada da decisão contra a Fazenda Pública antes do duplo grau obrigatório	955
19	TUTELA PROVISÓRIA	957
19.1	Conceito e relação com a tutela definitiva	957
19.1.1	A duração demorada do procedimento da tutela definitiva e a alteração do ônus do tempo no processo pela tutela provisória....	959
19.2	Os três grandes vértices da tutela provisória	960
19.2.1	O primeiro vértice: a cognição sumária e o juízo de probabilidade	961
19.2.1.1	O juízo de probabilidade e as consequências da cognição sumária: precariedade e inaptidão para formar coisa julgada	962
19.2.1.1.1	Precariedade: modificação ou revogação a qualquer tempo	963
19.2.1.1.2	A inaptidão para a formação da coisa julgada	964
19.2.2	O segundo vértice: as espécies de tutela provisória entre satisfativa/antecipada ou cautelar	965
19.2.2.1	A tutela provisória satisfativa/antecipada	965
19.2.2.1.1	Requisito específico da tutela antecipada: reversibilidade da tutela provisória satisfativa	967
19.2.2.1.2	Efeitos antecipados da tutela definitiva: a tutela satisfativa	969
19.2.2.2	A tutela provisória cautelar	970
19.2.2.2.1	As características da tutela provisória cautelar	971
19.2.2.2.1.1	Temporariedade	971
19.2.2.2.1.2	Referibilidade	972
19.2.2.2.1.3	Acessoriedade	973
19.2.2.2.2	A inexistência de tutela definitiva cautelar: o esvaimento da tutela provisória cautelar	974
19.2.2.2.3	A ausência de coisa julgada cautelar	976

19.2.2.2.4	O equívoco do termo provisório para a tutela cautelar	978
19.2.2.3	A fungibilidade entre as tutelas de urgência: cautelar e antecipada	979
19.2.3	O terceiro vértice: os fundamentos para a concessão entre urgência ou evidência	981
19.2.3.1	A existência de probabilidade do direito em qualquer tutela provisória	982
19.2.3.2	Urgência	983
19.2.3.3	Evidência	984
19.3	Os aspectos processuais da tutela provisória	985
19.3.1	Legitimidade	985
19.3.2	Competência para a tutela provisória	986
19.3.3	O cabimento da tutela provisória e suas relações com os procedimentos	986
19.3.4	O momento de requerimento da tutela provisória	987
19.3.4.1	O requerimento incidental	987
19.3.4.1.1	A tutela provisória requerida na petição inicial	987
19.3.4.1.2	A tutela provisória requerida após a petição inicial	988
19.3.4.2	O requerimento antecedente	989
19.3.5	Momentos para a análise da tutela provisória e possível concessão	990
19.3.6	Manifestação do requerido	995
19.3.7	Decisão sobre a tutela provisória e sua fundamentação	996
19.3.8	Recurso sobre a tutela provisória	998
19.3.9	Responsabilidade civil da tutela provisória	999
19.3.10	Forma de efetivação	1002
19.3.11	A proibição da concessão de tutela provisória de ofício	1003
19.3.12	Custas processuais e tutela provisória	1003
19.4	O regime da tutela provisória de urgência do art. 300 do CPC	1005
19.5	Os ritos específicos de tutela provisórias de urgência em caráter antecedente	1006
19.5.1	A tutela provisória de urgência antecipada em caráter antecedente	1006
19.5.1.1	A petição pré-inicial e seus requisitos	1007
19.5.1.2	A postura do juízo perante o requerimento antecedente antecipado	1008
19.5.1.3	O desencadeamento lógico procedimental da tutela provisória antecipada antecedente concedida	1009

19.5.1.4	A estabilização da tutela provisória de urgência antecipada requerida em caráter antecedente	1011
19.5.1.4.1	Conceito de estabilização	1011
19.5.1.4.2	Requisitos para a estabilização	1016
19.5.1.4.3	Os níveis de estabilização de acordo com o tempo: entre provisória e definitiva	1017
19.5.1.4.3.1	A estabilização provisória: entre a extinção e os 2 (dois) anos do trânsito em julgado da decisão	1018
19.5.1.4.3.1.1	A eficácia enquanto houver inércia das partes	1019
19.5.1.4.3.1.2	A possibilidade de reexame pelo juízo quando houver nova ação – art. 304, § 2º do CPC	1019
19.5.1.4.3.1.3	A impossibilidade de revisão em caráter liminar ou em tutela provisória na nova ação proposta pelo réu anterior	1021
19.5.1.4.3.1.4	O prazo de 2 (dois) anos e a provisoriedade enquanto sua vigência	1022
19.5.1.4.3.2	A estabilização definitiva: após 2 (dois) anos do trânsito em julgado da decisão estabilizada	1022
19.5.1.4.3.2.1	A estabilização definitiva e a possibilidade de demandar sobre o mérito	1023
19.5.1.4.3.2.2	A impossibilidade de reversão da tutela estabilizada	1025
19.5.1.4.3.2.3	A não formação da coisa julgada mesmo após o lapso de dois anos da estabilização	1026
19.5.1.5	A existência de dois ritos diversos para o caráter antecedente da tutela provisória de urgência antecipada: um rito com estabilização e um rito sem estabilização	1028
19.5.1.5.1	O problema dos prazos de extinção: aditamento do autor e agravo de instrumento do réu	1028
19.5.1.5.2	A tutela provisória de urgência antecipada antecedente com requerimento pela estabilização	1031
19.5.1.5.3	A antecipada antecedente requerida sem estabilização e somente antecipando a cognição definitiva	1035
19.5.1.6	A possibilidade da estabilização por tutela concedida em jurisdição recursal	1038

19.5.1.7	A possibilidade de realizar outros pedidos no aditamento da tutela antecipada antecedente.....	1039
19.5.1.8	A petição completa em um processo objetivamente complexo e o requerimento de estabilização de um dos pedidos.....	1039
19.5.2	A tutela provisória cautelar em caráter antecedente.....	1040
19.5.2.1	A petição pré-inicial da tutela antecedente cautelar.....	1041
19.5.2.2	A manifestação do juízo sobre a petição pré-inicial cautelar antecedente.....	1042
19.5.2.3	A citação, as possíveis manifestações do réu e o procedimento da cautelar em caráter antecedente.....	1045
19.5.2.4	O aditamento da petição pré-inicial e a completude da petição inicial.....	1046
19.5.2.5	O indeferimento da tutela provisória cautelar antecedente e o aditamento.....	1047
19.5.2.6	O deferimento da tutela provisória cautelar antecedente e o aditamento.....	1048
19.5.2.7	O aditamento – em ambas as possibilidades e a adaptabilidade com o procedimento comum.....	1050
19.5.3	A fungibilidade entre os ritos antecedentes cautelar e antecipado.....	1052
19.5.4	A cumulação de tutelas provisórias diversas em ritos antecedentes: um procedimento antecedente híbrido entre cautelar e antecipado.....	1053
19.6	O regime da tutela provisória de evidência.....	1057
19.6.1	As hipóteses de tutela de evidência do art. 311 do CPC.....	1061
19.6.1.1	O abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório.....	1061
19.6.1.2	A utilização de precedentes judiciais vinculantes.....	1063
19.6.1.3	O pedido reipersecutório em contrato de depósito.....	1067
19.6.1.4	A instrução da petição inicial com documentos sobre os fatos constitutivos do direito do autor e a não impugnação do réu.....	1068
19.6.2	Momento do requerimento: entre hipóteses liminares e não liminares.....	1070
19.6.3	A análise do juízo sobre a tutela provisória de evidência.....	1071
19.6.4	Tutela da evidência cautelar?.....	1072
19.7	A tutela provisória antecipada contra ato ilícito: um fundamento da tutela provisória de urgência.....	1073
19.7.1	A tutela específica contra o ato ilícito.....	1074
19.7.1.1	A tutela contra o dano e a tutela contra o ato ilícito: o olhar para o futuro.....	1075

19.7.2	A tutela provisória contra o ato ilícito: a visão de urgência existente	1076
19.7.2.1	Tutela provisória antecipada contra o ato ilícito e suas espécies	1077
19.7.2.2	O igual diálogo com a precariedade da tutela provisória contra o ato ilícito	1078
19.7.2.3	A irreversibilidade da tutela provisória antecipada contra o ato ilícito	1079
19.7.2.4	Os desdobramentos da tutela provisória contra ato ilícito: obrigações positivas ou negativas	1080
19.8	A tutela provisória contra a Fazenda Pública	1081
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		1087